

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZÔNICO

COUNTRYSIDE EDUCATION AS A STRATEGY FOR COPING WITH EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE IN THE AMAZON EDUCATIONAL CONTEXT

Luziene Batalha Lima¹
Naiane Mendes da Silva²
Edinei Gonçalves de Menezes³
Katricia Oliveira Fernandes⁴

RESUMO

Busca-se compreender como a Educação do Campo se configura e/ou vem se configurando no contexto Amazônico e suas possibilidades enquanto estratégias de enfrentamento às expressões da questão social na região. Trata-se de uma revisão bibliográfica, e documental, de artigos, teses e dissertações de diferentes bases de dados. Os resultados demonstram que a Educação do Campo no Amazonas, conta necessariamente com a parceria de várias organizações, movimentos sociais e sindicais. As Instituições de Ensino Superior são fundamentais, pois possibilitam condições necessárias à execução de formações em várias modalidades. Estas revelam-se como estratégias ante às expressões da questão social dada a realização de projetos formativos, e propostas educacionais, que questionam as formas de educação instituídas desafiando os sujeitos do campo a serem protagonistas de seus anseios e de uma Política de Educação que considere as peculiaridades de seus territórios.

Palavras-chave: Educação do campo; expressões da questão social; contexto educacional amazônico.

¹ Universidade Federal do Amazonas - ICSEZ/UFAM. Pedagoga. E-mail: luziene.david2@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas - ICSEZ/UFAM. Bacharela em Serviço Social. E-mail: naianemendes1997@gmail.com

³ Universidade Federal do Amazonas - ICSEZ/UFAM. Pedagogo. E-mail: gedineymenezes@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Amazonas - ICSEZ/UFAM. Pedagoga. E-mail: katriciaoliveirafernandes@gmail.com.

ABSTRACT

The aim is to understand how Rural Education is configured and/or has been configured in the Amazonian context and its possibilities as strategies for confronting expressions of social issues in the region. This is a bibliographic and documentary review of articles, theses and dissertations from different databases. The results demonstrate that Rural Education in Amazonas necessarily relies on the partnership of various organizations, social and trade union movements. Higher Education Institutions are fundamental, as they provide the necessary conditions for carrying out training in various modalities. These reveal themselves as strategies in the face of expressions of the social issue given the implementation of training projects, and educational proposals, which question the established forms of education, challenging rural subjects to be protagonists of their desires and of an Education Policy that considers the peculiarities of their territories.

Keywords: Rural education; expressions of the social issue; Amazonian educational context.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central refletir sobre a Educação do Campo, buscando-se compreender como esta se configura e/ou vem se configurando no contexto Amazônico e averiguar suas possibilidades enquanto estratégias de enfrentamento às expressões da questão social no contexto Educacional Amazônico, tomando-se como base as Políticas Educacionais para educação do campo.

Parte-se do entendimento que, garantir o acesso a um ensino que leve em consideração os saberes, a cultura e o contexto da realidade local é fundamental para ampliar as oportunidades e proporcionar que todos adquiram conhecimentos considerando as peculiaridades regionais, culturais e territoriais. Ao se pensar uma Política de Educação para os territórios da Amazônia, é imprescindível que haja compreensão de suas particularidades, sobretudo, das questões que envolvem a educação, e assim, buscar implementar uma política pública de educação que responda às necessidades da população, tendo como base um diagnóstico que considere/apreenda essa complexidade.

Trata-se de uma abordagem exploratória, dada a escassez de estudos que se debruçam sobre a temática pelo ângulo proposto pelos autores do presente estudo.

Para uma melhor exposição do objeto, este trabalho está organizado em quatro momentos: a introdução, os tópicos que discutem as Expressões da Questão Social no Contexto Educacional Amazônico e a Educação do Campo como Estratégia de Enfrentamento às

expressões da Questão Social no Contexto Educacional Amazônico. Por fim, as considerações finais.

2 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZÔNICO

2.1. UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE QUESTÃO SOCIAL

A questão social é uma categoria que está diretamente ligada ao modo capitalista de produção, expressando a contradição entre capital e trabalho, proletariado e burguesia, manifestando-se no cotidiano das pessoas e exigindo intervenções que estejam para além da caridade ou da repressão por parte do Estado (IAMAMOTO, 2001).

Conforme Netto (2001), o termo “questão social” surge após meados do século XIX na Europa, para elucidar o fenômeno do pauperismo gerado pelo processo de industrialização, começado na Inglaterra no fim do século XVIII e que culminou com a instauração do capitalismo em sua fase concorrencial. O autor reforça que o pauperismo em massa da classe trabalhadora apresentava-se como um fenômeno novo. Registrava-se “pela primeira vez o crescimento da pobreza em razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2001).

Então, esta relação conflituosa entre o aumento crescente da produção e da acumulação capitalista, aumentava/aumenta a contradição entre as classes trabalhadora e capitalista, estabelecendo-se um sistema de exploração entre os indivíduos, no qual o trabalho acaba por atender aos interesses do capital, pois este é o detentor dos meios de produção fundamentais. Fundamentando-se na propriedade dos meios de produção e na divisão do processo de trabalho, a produção de mercadorias estabelece valores de uso e de troca, bem como se torna determinante na acumulação da mais-valia entendida como um excedente não pago à força de trabalho.

A partir da abordagem de Netto (2001), em especial no que tange à natureza da questão social, e seu tratamento explicativo a partir da Economia Política, tem-se claro que:

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” (...) revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela

adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

Neste sentido, a concepção da questão social está enraizada na contradição entre capital e trabalho, ou seja, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. Santos (2012) destaca também que a gênese da questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução do capital. É importante destacar que, segundo a autora, o desenvolvimento tecnológico se torna determinante do desemprego. Pela primeira vez na história, segundo Santos (2012), a pobreza cresceu na razão direta em que aumentou a capacidade social de produzir riquezas. A diminuição do tempo de trabalho necessário para produção de um bem se tornou uma forma de maximizar a extração de trabalho não pago dos trabalhadores e, também uma forma de produção do chamado exército industrial de reserva.

É possível afirmar que a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Esta contradição, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, é a dos trabalhadores produzirem a riqueza, dos capitalistas se apropriarem dela e dos trabalhadores não usufruírem das riquezas por eles mesmos produzidas. Então podemos entender que a questão social é a expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista, resultante das relações capital e trabalho. Disto resulta que na sua essência, a questão social permanece a mesma. Contudo, por se tratar de um processo histórico em constante evolução, as suas expressões vão assumindo novas características. Essas características encontram nas políticas públicas/sociais um instrumento privilegiado de intervenção/enfrentamento. Assim, não podemos conceber medidas de enfrentamento iguais para todas as expressões da questão social, posto que estas assumem contornos diferentes no âmbito federal, estadual e municipal. Isto vale para as particularidades regionais, como no caso da região amazônica.

2.2. EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO: FOCO NA EDUCAÇÃO

A realidade educacional amazônica é desconhecida para muitos brasileiros, principalmente no que se refere à educação nas áreas rurais, o que dificulta ainda mais o acesso às Políticas Públicas adequadas à diversidade da região.

Como em diversas regiões do Brasil, as marcas históricas do modelo econômico posto em ação na região amazônica, deixam suas marcas fincadas no falso dilema entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Que em sua gênese estimularam atividades econômicas, tais como pecuária, pesca predatória, exploração madeireira, garimpagem e mineração, ignorando e destruindo a biodiversidade amazônica, impondo uma realidade dura às populações tradicionais, quilombola, ribeirinhos e demais populações que vivem nos territórios rurais da região amazônica.

As consequências resultantes do processo de colonização e exploração são expressadas nas mais diversas expressões das questões social, como o desemprego, consumo de drogas, tráfico, exploração sexual, violência, falta de assistência social nas escolas, escolas precárias sem estrutura, capacitação profissional, exclusão social, evasão escolar, repetência, questões social familiares, falsa inclusão, distorção idade/série e negação de vagas.

Em se tratando do território amazônico, existem comunidades que não possuem acesso às escolas, salas que ainda em seu interior integram alunos de séries distintas. Não respeitando a idade indicada na lei e ultrapassando ou prejudicando as fases de desenvolvimento. Essa característica, releva uma educação dissociada das Normativas Legais. Levando, o educando que por vezes, desde a tenra idade já ajuda a família em atividades como o cultivo, a desistir da escola e permanecer somente nas práticas rurais (FREITAS; REIS; HAGE, 2019).

Prazeres e Carmo (2013), retratam em seus estudos, determinadas dificuldades, que ratificam a falta do olhar para a educação [...] no contexto Amazônico:

[...] a precária condição estrutural em que as escolas funcionam, algumas vezes em barracões comunitários, onde as condições físicas não favorecem a aprendizagem; a escassa oferta de material didático e pedagógico; a delicada oferta do transporte escolar e falta de formação dos docentes, o currículo deslocado da realidade local são alguns dos aspectos que tornam a educação do campo na Amazônia, carente de políticas públicas educacionais que dêem conta de contemplar sua realidade complexa e heterogênea. (PRAZERES e CARMO; 2013, p.10)

As afirmativas acima, são expressões da questão social que afetam diretamente o processo de aprendizagem dos alunos, pois levam ao desinteresse, relegando o estudo a um plano secundário, ou seja, não permitindo conceber o estudo como uma alternativa viável. A saída, portanto, encontra-se em outros meios, como a marginalização e o contato com o tráfico de drogas ante o assédio de aliciadores para este fim. Some-se a outras expressões da questão social como a evasão e o fracasso escolar, a repetência, a exploração sexual infanto-juvenil e

outros já citados anteriormente. As expressões da questão social no contexto amazônico se reproduzem, assim como em outros lugares do país, no entanto, com algumas particularidades.

A estas particularidades, deve-se conceber uma proposta de educação que responda aos desafios presentes em tal contexto. Evoca-se aqui a concepção de Educação do Campo, a qual prima por considerar as particularidades das comunidades das áreas rurais da região amazônica. Onde o processo ensino-aprendizagem assimile os aspectos concernentes à região em que se considere nos materiais didáticos, e na abordagem das aulas, as características locais, utilizando nomenclaturas e terminologias próprias da realidade do Campo, vinculando o aprendizado à construção do sentimento de pertencer, valorizando a cultura e o território em que vivem, construindo mecanismos e estratégias de enfrentamento às diversas formas de exclusão que a sociedade apresenta.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZÔNICO

A política de Educação no Campo, estabelecida pela constituição federal de 1988, tem como objetivo principal garantir uma educação voltada para as necessidades das populações rurais e das comunidades agrícolas. Essa política reconhece a importância de uma abordagem educacional que leve em consideração as realidades do campo, promovendo o desenvolvimento rural, a valorização da cultura do campo e a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem nessas áreas. A política visa assegurar que a educação no campo atenda às demandas e particularidades do meio rural, contribuindo para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

No ano de 1988, ocorreu a primeira conferência por uma educação básica no campo, essa conferência foi o resultado de um ato coletivo de pessoas que ousaram pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo (CALDART, 2004). Destaca-se que:

Na 1ª Conferência reafirmamos que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública destinada à população trabalhadora do campo. Discutimos propostas, socializamos experiências de resistência no campo e de afirmação de um outro projeto de educação. De lá para cá o trabalho continuou por meio da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, que seguiu nas mobilizações nos estados e no debate com a sociedade, levando esta mensagem

especialmente para outros movimentos sociais e para as educadoras e os educadores do campo (CALDART, 2004, pg.10).

Além da primeira conferência, a autora aponta a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nQ1//2002 do Conselho Nacional de Educação) (CALDART, 2004, pág. 10), como outra conquista política fundamental no processo de enfrentamento às questões referentes à Educação no Campo.

Imperioso ressaltar que os avanços aqui destacados, esbarram em um contexto de hegemonia do grande capital, cenário esse que segundo a autora impõe desafios aos sujeitos que pensam essa educação no campo.

Ainda segundo a autora “O desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o das práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui” [...] (CALDART, 2004). A autora aponta que esse desafio nos permite fazer reflexões acerca do questionamento inicial, do conceito de educação no campo, ao mesmo tempo que podemos no campo teórico, fazer reflexões, “produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as ideias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação” [...]. (CALDART, 2004, pág. 13).

Portanto, como a própria autora destaca, a Educação do Campo “[...] se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda” [...]. (CALDART, 2004. Pág. 13.)

Nesse sentido é que podemos perceber que o próprio modo de produzir políticas públicas educacionais voltadas para o campo, esbarra na correlação de forças entre o processo de exclusão do estado capitalista, e as forças dos movimentos sociais do campo, da luta pela terra. Desmascarar essa realidade, e evidenciar essa contradição é demonstrar a força dos movimentos sociais do campo, e dá a esses sujeitos a oportunidade de serem ouvidos, e se fortalecerem na luta por uma educação do campo que respeite as particularidades dessas pessoas e o seu modo de vida.

O desafio fica ainda maior no tocante à Educação no Campo no contexto amazônico, tendo em vista que as particularidades amazônicas divergem do restante do país, uma vez que

se trata de um território vasto, com diferentes povos, como produtores rurais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Essas diversidades têm provocado a necessidade de políticas públicas e políticas educacionais com metodologias que possam atender a população amazônica, e que inclua a participação direta dos sujeitos regionais em sua formulação.

Nessa perspectiva, faz-se necessário averiguar como se configura e/ou vem se configurando a Educação do Campo no contexto amazônico, sobretudo no estado do Amazonas, considerando as Políticas Educacionais voltadas para essa modalidade de ensino.

Para Vasconcelos (2017, p. 27), “as discussões sobre a Educação do Campo no Amazonas nasceram articuladas aos debates no âmbito nacional e à execução de políticas públicas por meio de instituições públicas, em parceria com movimentos sociais e sindicais e organizações populares”. Desde então, as discussões e mobilizações em torno das questões voltadas para a Educação do Campo na região amazônica vem traçando perspectivas em busca de uma educação que atenda as peculiaridades dos sujeitos que habitam as áreas rurais da região amazônica.

É nesse sentido que movimentos sociais, em parceria com instituições de ensino como, as universidades do Amazonas - UFAM e UEA, e o IFAM fazem frente, assumindo compromisso no intuito de possibilitar a complementação na formação acadêmica através de coordenação de projeto, visando a formação de professores que atuam em escolas do campo, ofertando cursos de aperfeiçoamento e curso de especialização. Entende-se que, “essas ações contribuem com reflexões sobre a Educação do Campo no Amazonas, a articulação com o contexto nacional e a questão das especificidades dos territórios rurais, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas.” (idem, p.181).

Assim, é perceptível a rede de articulação que se faz necessária quando se trata de atender às demandas do campo, sobretudo, da Educação do Campo e suas especificidades. Não basta somente o amparo legal nas Políticas Educacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Como bem diz a autora, os avanços no que refere à Educação do Campo no Amazonas, conta necessariamente, com parecerias de várias organizações e movimentos sociais. As instituições de ensino superior são fundamentais, pois possibilitam condições necessárias na execução das formações instituídas através de projetos. Posto que:

A coordenação desses projetos depende da parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Para o desenvolvimento do Programa Escola Ativa (PEA), a UFAM atuou na formação de professores/coordenadores das secretarias municipais

de educação, e a SEDUC/AM atuou como coordenadora "pelo Departamento de Políticas e Programas Educacionais através da Coordenação da Educação do Campo e, a partir daí os municípios no Amazonas iniciaram a adesão ao Programa, instituído como política pública nacional" (Coelho, 2017, p. 119) *apud* Vasconcellos (2017, p. 182).

Nessas linhas, pode-se perceber que a rede de articulação entre as instituições é fundamental para o desenvolvimento de formações e programas voltados para a Educação do Campo, visto que essas conquistas são resultadas de uma história de educação das classes populares, que criaram e criam maneiras de responder aos acontecimentos da realidade social que os oprime. Assim, o movimento de resistência e enfrentamento às necessidades dos sujeitos que habitam a Amazônia são lutas históricas e de "sujeitos coletivos que experimentam a realidade e agem sobre ela" (VASCONCELLOS, 2017 p. 27), e por meio do protagonismo e engajamentos se fortalecem e constroem políticas públicas. Considerando que:

A marginalização nos territórios rurais é ainda mais severa, porque os povos desses territórios enfrentam o preconceito, a negação cultural, a expulsão de suas terras, águas e florestas, e a ausência de políticas públicas. São submetidos a formas de viver comprometidas com as necessidades do mercado e não com as suas necessidades e as necessidades da sua comunidade, [...] (idem, 2017, p. 27)

Estudos apontam que o enfrentamento ao contexto de marginalização ocorre a partir da mobilização de movimentos sociais, sindicatos, associações e intelectuais que denunciam as mazelas da vida no campo. Com isso, intensos movimentos de enfrentamento à realidade de marginalização passam a ser protagonizados por trabalhadores dos territórios rurais e urbanos, que denunciam as condições sociais que vivem. E, a partir da realização de encontros, seminários e conferências nasce o movimento por uma Educação do Campo. (idem, p.28)

Sob esse ângulo, objetamos que a Educação do Campo pode fazer frente às expressões da questão social, quando desenvolve junto aos povos do campo um projeto que questiona e enfrenta a realidade de marginalização, desafiando os sujeitos do campo a serem protagonistas de seus anseios e de uma Política de Educação que considere as peculiaridades de seus territórios no contexto amazônico.

No entanto, é possível considerar que mesmo com os avanços e conquistas por meio das lutas históricas, as garantias da educação do campo na Amazônia não se efetivam na prática, no sentido de atender as peculiaridades que demandam a diversidade que se apresentam na região. Por essa razão, torna-se urgente discussões em torno dessa temática e a

imprescindibilidade da mobilização dos movimentos sociais e sindicais rurais e instituições públicas que engajam na luta por direitos coletivos.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho, realizou-se uma breve reflexão, a partir de revisão bibliográfica e documental, sobre a Educação do Campo, buscando compreender como esta se configura e/ou vem se configurando no contexto Amazônico, ao passo que se averiguou suas possibilidades como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social no contexto Educacional Amazônico, tomando como base as Políticas Educacionais para Educação do Campo.

Os resultados apresentados por esse estudo, apontam que a Educação do Campo no Amazonas, conta necessariamente, com a parceria de várias organizações, movimentos sociais e sindicais. As instituições de ensino superior são fundamentais, pois possibilitam condições necessárias à execução das formações instituídas mediante projetos educacionais.

No que se refere a Educação do Campo frente às expressões da questão social, percebe-se que seu desenvolvimento mediado pelas parcerias com as instituições, movimentos sociais e sindicais, junto aos povos do campo projetos e propostas que questionam e enfrentam a realidade posta, desafiando os sujeitos do campo a serem protagonistas de seus anseios e de uma Política de Educação que considere as peculiaridades de seus territórios no contexto amazônico.

Ademais, mesmo com os avanços e conquistas por meio das lutas históricas, as garantias da Educação do Campo na Amazônia não se efetivaram na prática enquanto Política Pública. Por essa razão, faz-se necessária a mobilização dos movimentos sociais e sindicais rurais e instituições públicas que se engajem na luta por direitos coletivos na perspectiva da cidadania.

Como sinalizado na introdução, enfatiza-se que se trata de uma abordagem exploratória em razão da escassa literatura sobre o tema, sobretudo, fundamentos teórico-metodológicos que propiciem um olhar aprofundado da realidade das expressões da questão social no contexto educacional amazônico e as estratégias de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea**. São Paulo: Sudermann, 2010.

DE SOUZA, Ranyellen; MARIA BATISTA MACHADO, A. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social . **SER Social**, [S. l.], v. 24, n. 51, p. 464–489, 2022. DOI: 10.26512/sersocial.v24i51.37630. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37630. Acesso em: 1 jan. 2024.

FREITAS, Maria N. M.; REIS, Maria Isabel A.; HAGE, Salomão Antônio M. **Realidade e desafios da educação infantil do campo na Amazônia paraense**. REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. V.:37, out/dez 2019. Florianópolis.

HAGE, S.; CORRÊA, S. R. **EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA**. RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 4, n. 7, 2019.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

MOLINA, Castagna Mônica; Jesus Azevedo Santos Meire Sônia. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

Praia Vermelha: **estudos de política e teoria social**/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol. 1, nº 1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997.

PRAZERES, M. S.; CARMO, E. S. **Educação do Campo e Políticas Públicas na Amazônia: Desafios e Possibilidades**. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/posters/0104.pdf> . Acesso em: 27/01/2024

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 2012.

SILVEIRA, Silva da Annabela; Batista Guimarães Carla; Melo de Ramos Elzineide; Marques Freitas Silva da Irney. **Os desafios da educação do campo no estado do Amazonas**. VIII Congresso Nacional de Educação. CONEDU.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **Educação do Campo no Amazonas: história e com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**/Maria Eliane de Oliveira losmh -2017. 296 f: il color.